

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA LINHAS DE TAUBATÉ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **LINHAS DE TAUBATÉ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade de propósito específico, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, n.º 160, sala 1.813, Centro, CEP 20020-080, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.395.590/0001-03, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista");

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 4, sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" ou "Oferta Restrita" e "Debêntures"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a assembleia geral extraordinária da Emissora, em reunião realizada em 13 de junho 2014 ("AGE"), na qual

foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na CVM e na ANBIMA

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. A Emissão será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 03 de fevereiro de 2014 ("Código ANBIMA"), apenas para envio de informações para a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, sendo que tal registro está condicionado à expedição de diretrizes a serem especificadas pela ANBIMA, até o comunicado de encerramento da Oferta Restrita.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação da Ata de AGE

2.2.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e (ii) no Jornal "Valor Econômico", em conformidade com o artigo 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata da AGE que deliberou a Emissão devidamente arquivada na JUCERJA, bem como das referidas publicações, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir das datas de arquivamento e publicações, respectivamente.

2.3. Registro da Escritura de Emissão e Eventuais Aditamentos

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura de Emissão e dos eventuais aditamentos registrados na JUCERJA em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da obtenção do registro.

2.4. Registro para Colocação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e negociação no mercado secundário no Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários CETIP 21 ("CETIP 21"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social

1.2. Nos termos do artigo da Cláusula Terceira de seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social as seguintes atividades: (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, fiscalização e coordenação na execução da implantação e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) a prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de

instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, fiscalização e coordenação na execução da implantação e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

3.2. Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total das Debêntures, na Data de Emissão, conforme definida abaixo, será de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 1.650 (mil, seiscentas e cinquenta) Debêntures.

3.5. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados para parcela da liquidação de todas as obrigações decorrentes das debêntures da 2ª (segunda) emissão pública de Debêntures da Emissora, realizada em 27 de dezembro de 2013.

3.6. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 3ª (terceira) emissão pública de Debêntures da Emissora.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

O banco liquidante e o escriturador mandatário da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., localizado no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário").

3.8. Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), conforme "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, da Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A." ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409" e "Investidores Qualificados", respectivamente), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.3. Nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476, o encerramento da Oferta deverá ser informado pelo Coordenador Líder à CVM, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados de seu encerramento ("Comunicado de Encerramento").

4.1.4. Caso a totalidade das Debêntures objeto de garantia firme não tenha sido colocada junto a Investidores Qualificados, o Coordenador Líder estará automaticamente obrigado a subscrever e integralizar as Debêntures não colocadas no âmbito da Oferta Restrita, nos termos do item 4.1.1.acima, desde que dentro do Prazo de Garantia Firme, conforme

definido no Contrato de Distribuição.

4.2. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 25 de junho de 2014 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$100.000,00 (cem mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária e contarão com garantia fidejussória prestada por Grupo Isolux Corsán, S.A. ("Garantidor"), nos termos da cláusula 4.20 abaixo, cuja garantia fidejussória será aprovada pelo Garantidor em ato societário regido pelas leis da Espanha.

4.6. Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário por meio do MDA, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, sendo que as Debêntures deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Subscrição e Integralização").

4.7. Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 22 de dezembro de 2014 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado obrigatório e/ou de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

4.8. Atualização Monetária

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") correspondente à variação percentual acumulada de 100% (cem por cento) da taxa média diária de juros dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, "*over extra grupo*", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 3,70% (três inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, a partir da Data de Subscrição e Integralização até a Data de Vencimento ou, conforme o caso, até a data de vencimento antecipado das Debêntures ou do Resgate Antecipado Total Obrigatório das Debêntures (conforme definidos abaixo), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

Onde:

J = Valor dos Juros devidos na Data de Vencimento, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures,

informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido do *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = (\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$$

Onde:

Fator DI = Produtório das Taxas DI, da Data de Subscrição e Integralização, inclusive, até a data do cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Onde:

k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 (um) até "n";

n = número total de Taxas DI, consideradas desde a Data de Subscrição e Integralização até a Data de Vencimento, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro (a Taxa DI é válida por um Dia Útil);

Fator *Spread* = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

Spread = 3,7000 (três vírgula sete);

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição e Integralização das Debêntures ou último pagamento, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Observações:

- O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$ sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de

qualquer obrigação pecuniária prevista nesta cláusula, será utilizada, em sua substituição, para apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades tanto por parte da Emissora e/ou do Garantidor quanto pelo Debenturista, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.9.3. No caso de extinção, limitação, ausência de apuração e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para sua apuração e/ou divulgação e/ou impossibilidade de aplicação às Debêntures da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI, conforme o caso, convocar a assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para deliberação de titulares de Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser proposto pela Emissora (no modo e nos termos previstos na Cláusula Sétima abaixo). Até a deliberação desse novo parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, as fórmulas acima definidas, sendo que para a apuração de TDI_k será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e/ou o Garantidor e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.4. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora e o Garantidor, se obrigam a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Subscrição e Integralização. Até a data do efetivo resgate serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, as fórmulas acima definidas, sendo que para a apuração de TDI_k será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.

4.9.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada, e a nova Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração,

permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente, a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

4.10. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário

As Debêntures serão amortizadas em 01 (uma) única parcela na Data de Vencimento.

4.11. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

A Remuneração das Debêntures será paga em 01 (uma) única parcela, na Data de Vencimento.

4.12. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.13. Resgate Antecipado Total Obrigatório

4.13.1. Caso a Emissora, até a Data de Vencimento, obtenha financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") ou quaisquer outros recursos através de operações de longo prazo cuja destinação de recursos seja aplicada na realização ou implantação do projeto Linha de Transmissão Taubaté – Nova Iguaçu ("Projeto" e "Financiamento", respectivamente), a Emissora estará obrigada assim que receber o primeiro desembolso relativo ao Financiamento a resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, conforme disposto nas cláusulas a seguir ("Resgate Antecipado Total Obrigatório").

4.13.2. O Resgate Antecipado Total Obrigatório das Debêntures deverá se operacionalizar, nos termos da legislação aplicável, de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) a Emissora deverá encaminhar, imediatamente após tomar ciência da data em que será realizado o 1º (primeiro) desembolso do Financiamento, notificação aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, informando sobre a realização do Resgate Antecipado Total Obrigatório, observados os prazos previstos nas Cláusulas 4.13.2 (ii) e 4.13.3 abaixo ("Notificação de Resgate Antecipado"), contendo as seguintes informações: (a) a data e o procedimento de Resgate

Antecipado Total Obrigatório, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura; e (b) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas; e

- (II) o Resgate Antecipado Total Obrigatório será feito por meio do pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização até a data do efetivo resgate, o qual deverá ocorrer, para todas as Debêntures em Circulação, até o 5º (quinto) Dia Útil após o primeiro desembolso de recursos decorrente do Financiamento, conforme informado na Notificação de Resgate Antecipado.

4.13.3. A CETIP deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado Total Obrigatório com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para sua realização, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário.

4.13.4. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Total Obrigatório deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. Observado o disposto nos itens 4.14.2 a 4.14.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o pagamento antecipado pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição e Integralização até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses ("Vencimento Antecipado"):

- (I) (a) pedido de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência, ou pedido de autofalência da Emissora e/ou do Garantidor (conforme abaixo definido), ou (b) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial pela Emissora e/ou pelo Garantidor ou (c) qualquer outro evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro da Emissora e/ou do Garantidor que afete a capacidade de qualquer uma delas de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e/ou da Garantia;

- (ii) extinção, liquidação, cisão, fusão, incorporação, dissolução, venda ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou o Garantidor (conforme abaixo definido) que venha a acarretar alteração de controle direto ou indireto da Emissora e/ou do Garantidor (conforme abaixo definido);
- (iii) não pagamento, nas datas de vencimento respectivas, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo vencimento, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial;
- (iv) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Emissão, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do respectivo inadimplemento, exceto quando não houver prazo diverso expressamente definido na presente Escritura de Emissão;
- (v) protestos legítimos de títulos contra a Emissora cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado perante o Agente Fiduciário, ou (ii) se o protesto for cancelado, sustado judicialmente, ou for prestada garantia aceita em juízo, no valor do(s) protesto(s), no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação de ocorrência do protesto;
- (vi) inadimplemento ou não pagamento na data de vencimento original ou nos respectivos prazos de cura, caso existentes, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, no mercado local ou internacional, em valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, ficando estabelecido que não será caracterizado o vencimento antecipado das Debêntures caso a Emissora conteste e evite a formalização do referido inadimplemento ou vencimento antecipado, mediante negociação entre partes ou medidas judiciais ou arbitrais cabíveis;
- (vii) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, no mercado local ou internacional, em valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras

moedas, ficando estabelecido que não será caracterizado o vencimento antecipado das Debêntures caso a Emissora conteste e evite a formalização do referido inadimplemento ou vencimento antecipado, mediante negociação entre partes ou medidas judiciais ou arbitrais cabíveis;

- (viii) não cumprimento de qualquer sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora em valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas;
- (ix) redução de capital social da Emissora e/ou alteração do Estatuto Social da Emissora, que implique a concessão do direito de retirada aos acionistas da Emissora em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas na Emissão;
- (x) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xi) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xii) se a garantia fidejussória outorgada para as Debêntures: (a) for objeto de questionamento judicial, no Brasil ou no exterior, pela Emissora pelo Garantidor (conforme abaixo definido) ou por terceiros, desde que a garantia não seja substituída pela Emissora mediante aprovação prévia dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, devendo a nova garantia ser constituída e formalizada em até 30 (trinta) dias contados do recebimento, pela Emissora, de notificação escrita neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário; (b) não for devidamente constituída e formalizada, nos termos do artigo 4.20 desta Escritura de Emissão; (c) for anulada; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida;

- (xiii) ocorrência de alterações no controle direto e indireto da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (xiv) caso as declarações feitas pela Emissora nesta Escritura de Emissão sejam falsas ou enganosas, ou ainda, de modo relevante, sejam incorretas ou inconsistentes ou incompletas;
- (xv) alteração do objeto social da Emissora que resulte, cumulativamente, (a) em alteração relevante no setor de atuação; e (b) na avaliação dos Debenturistas, após manifestação expressa da Emissora realizada no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de ocorrência da alteração, em prejuízo material que afete a capacidade jurídica e/ou econômico financeira da Emissora de cumprir com qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xvi) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora exceto se tal medida for suspensa por determinação judicial, seja por medida cautelar proposta pela Emissora ou por contestação realizada no curso normal da medida administrativa ou judicial que determinar a constrição aqui mencionada, em até 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data em que a Emissora for oficialmente notificada de referido evento;
- (xvii) a simples comprovação do descumprimento da legislação socioambiental e de saúde e de segurança do trabalho, assim como das demais obrigações de natureza socioambientais, desde que não sanado em até 10 (dez) Dias Úteis da ciência de tal fato pela Emissora;
- (xviii) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, que possa a vir a afetar de maneira relevante a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora desde que referida autuação não seja contestada em seu prazo legal; não obtenção, não manutenção, não renovação, término, cancelamento, revogação, intervenção ou extinção das autorizações, aprovações, registros, estudos e licenças, inclusive as socioambientais, que se fizerem necessários para construir, operar e manter o Projeto, exceto se, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis a Emissora comprovar

que tomou as providências necessárias para suspender os efeitos da não obtenção, renovação, do término, cancelamento, revogação, intervenção ou extinção das referidas autorizações, aprovações e licenças;

- (xx) suspensão das autorizações, aprovações, registros e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para construir, operar e manter o Projeto, exceto se, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis a Emissora comprovar que tomou as providências necessárias para suspender os efeitos da suspensão das referidas autorizações, aprovações, registros e licenças;
- (xxi) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura de Emissão;
- (xxii) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão;
- (xxiii) existência de restrições cadastrais, incluindo, mas não se limitando ao Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial nº 2, de 12 de maio de 2011, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, impeditivas em nome da Emissora, seus sócios e dirigentes; e
- (xxiv) existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos da Emissora que importem em infringência à legislação que trata do combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, bem como a crime contra o meio ambiente.

4.14.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos incisos (i), (ii), (iii), (v), (vii), (viii), (ix), (x), (xi), (xii), (xiii), (xvi), (xviii), (xix), (xxi), (xxii), (xxiii) e (xxiv) do item 4.14.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, respeitados os prazos de cura especificados nas respectivas alíneas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

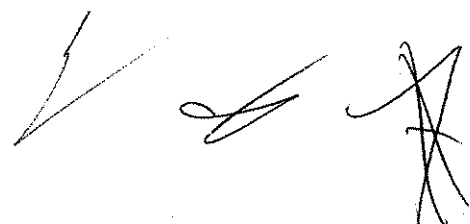
4.14.2.1. Na ocorrência dos eventos previstos nos demais incisos do item 4.14.1 acima, exceto aqueles listados na Cláusula 4.14.2., o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas, na forma da Cláusula Sétima da presente Escritura de Emissão, dentro do

prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas ou pela Emissora, para deliberar sobre a não decretação de vencimento antecipado das Debêntures.

4.14.2.2. Na Assembleia mencionada na Cláusula 4.14.2.1 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e *quorum* previstos na Cláusula Sétima desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, optando por não excutir a Garantia.

4.14.3. Não será declarado o vencimento antecipado das Debêntures em decorrência da não instalação da Assembleia de Debenturistas em primeira convocação. Somente na hipótese de: (i) instalação da Assembleia de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.14.2.1 acima em primeira convocação, conforme previsto na Cláusula 7.5 desta Escritura, e de não aprovação do exercício da faculdade prevista na Cláusula 4.14.2.1. acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (ii) não instalação da Assembleia de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.14.2.1. acima em segunda convocação; ou (iii) instalação da Assembleia de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.14.2.1. acima em segunda convocação e de não aprovação do exercício da faculdade prevista na Cláusula 4.14.2.1. acima, por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

4.14.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Subscrição e Integralização até a data do efetivo pagamento, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, considerando que todas as Debêntures serão pagas em uma única data, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta com Aviso de Recebimento enviada para o endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item



4.15 abaixo.

4.14.5. Caso ocorra o pagamento citado no item 4.14.4, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.

4.15. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados da Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, adicionalmente sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, estes calculados *pro rata temporis*.

4.16. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.15 supra, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento e/ou prevista no comunicado.

4.17. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Escriturador Mandatário.

4.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a

serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, portanto, para os fins desta Escritura e dos demais documentos da Oferta, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado declarado nacional.

4.19. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal "Valor Econômico", sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.20. Garantia

4.20.1. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, Grupo Isolux Corsán, S.A. ("Garantidor"), prestará, em documento apartado regulados pelas leis da Espanha ("Letter of Guarantee"), garantia ao Agente Fiduciário, que agirá em benefício dos titulares de Debêntures, obrigando-se como garantidor responsável com a Emissora pelo pagamento dos valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão ("Garantia").

4.20.1.1. A *Letter of Guarantee* a ser prestada pelo Garantidor, será exigível, válida e vigente no Brasil, para todos os fins e efeitos legais, após a devida consularização, notariação, tradução juramentada e registro em cartório de títulos e documentos. Desta forma, a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário, a versão consularizada, notariada, bem como a tradução juramentada, devidamente registrada em cartório de títulos e documentos da *Letter of Gurantee*, em até 20 (vinte) dias contados da Data de Emissão, sob pena de vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.20.1.2. Tendo em vista que a *Letter of Guarantee* é regida pela legislação espanhola prestada na presente Emissão, fica desde já certo e ajustado que a subscrição, integralização e/ou aquisição das Debêntures pelo respectivo Debenturista importará na ciência e no consentimento por parte de tal Debenturista com relação à necessidade de

execução da fiança perante os tribunais espanhóis, pela regência daquela lei. Renuncia o Debenturista a quaisquer reclamações, ações e/ou questionamentos perante o Agente Fiduciário (quer seja em âmbito judicial, administrativo ou outro) como a qualquer prejuízo causado pela não adoção da sua execução pelas leis brasileiras no território nacional. Ao adquirir as Debêntures, os Debenturistas automaticamente se declaram cientes e de acordo com todos os riscos envolvidos na adoção deste procedimento, isentando o Agente Fiduciário de qualquer responsabilidade em relação ao fato. A validade, eficácia e exequibilidade da *Letter of Guarantee* foram verificadas em parecer legal específico emitido pelo assessor legal espanhol, o qual o Agente Fiduciário teve acesso.

4.20.2. O valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais e acessórias, previstas nesta Escritura de Emissão serão pagos pelo Garantidor no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, contados a partir da data de recebimento de comunicação por escrito enviada ao Garantidor pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures. Tal notificação só poderá ser emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.20.2.1. Os pagamentos serão realizados pelo Garantidor diretamente aos Debenturistas e fora do âmbito da CETIP.

4.20.3. Em caso de inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária, o Agente Fiduciário encaminhará notificação ao Garantidor, bem como cópia da AGD que deliberar o vencimento antecipado das Debêntures, via *fac símile* através do nº + 34 91 449 38 34 para Grupo Isolux Corsán, S.A., informando o vencimento antecipado das Debêntures, para que realize o pagamento devido pela Emissora. Não obstante, a Garantia poderá ser excutida e exigida pelos Debenturistas quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações principais e acessórias garantidas.

4.20.4. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.20.5. Caso a Emissora não efetue o pagamento na Data de Vencimento, ou na ocorrência de evento de Vencimento Antecipado, e na hipótese da Garantia não ser paga quando

devida, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definição sobre a contratação de um escritório de advocacia com representatividade internacional para iniciar o processo de execução da garantia fidejussória fora do país. Nesse caso, os próprios Debenturistas deverão impetrar ações em seus próprios nomes e decidirão sobre o que fazer e como, bem como aprovarão os eventuais custos de se iniciar uma ação no exterior, ficando eximido o Agente Fiduciário da responsabilidade de executar tais garantias.

4.20.6. Os Debenturistas, ao subscreverem as Debêntures da presente Emissão, têm ciência que os procedimentos para execução do Garantidor em caso de inadimplemento da Emissora e/ou do Garantidor será feito em nome próprio de cada Debenturista e seguirá aqueles regulados pelas leis da Espanha.

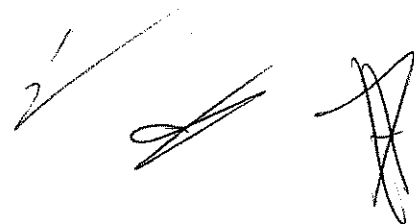
4.20.7. Todas as despesas relacionadas a presente execução, bem como a sucumbência, serão de responsabilidade da Emissora.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) em até 100 (cem) dias da data do encerramento de cada exercício social ou no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao respectivo exercício social então encerrado;
- (ii) no prazo legal ou no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras do Garantidor, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes;
- (iii) em até 90 (noventa) dias da data do encerramento de cada exercício social, declaração de Diretor da Emissora atestando (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não



ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social, observado o disposto na cláusula 6.2 (n) abaixo;

- (iv) em até 60 (sessenta) dias da data de liquidação das Debêntures, documento(s) comprobatório(s) da utilização dos recursos captados na presente Emissão, na forma da cláusula 3.5 acima, bem como declaração do Diretor da Emissora para comprovação dos recursos captados na presente Emissão conforme cláusula 3.5 acima;
- (v) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 5 (cinco) Dias Úteis desde que justificado pela Emissora, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (vi) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no Item 4.19 acima;
- (vii) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizadas as respectivas inscrições na JUCERJA;
- (viii) na mesma data, desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento de natureza pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;
- (ix) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer

descumprimento não sanado, de natureza não pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do conhecimento do descumprimento;

- (x) em até 5 (cinco) Dias Úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora e/ou pelo Garantidor que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora, ou ainda ao cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;
 - (xi) no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da respectiva inscrição na JUCERJA, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos; e
 - (xii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
 - (c) informar o Agente Fiduciário até o primeiro Dia Útil imediatamente subsequente, desde que seja do seu conhecimento, sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.14.1. desta Escritura de Emissão;
 - (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
 - (e) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
 - (f) notificar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer

alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;

- (g) comunicar até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual e integral cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (h) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (i) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com o Estatuto Social da Emissora e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (l) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas

expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;

- (n) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e previamente aprovadas pela Emissora, sempre que possível, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora ou comprovar que a obtenção de referidas licenças encontram-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas;
- (q) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (r) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;
- (s) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;

- (t) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores e encaminhar à CETIP, no prazo de até 3 (três) dias contados das datas de divulgações de suas demonstrações financeiras;
- (u) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (v) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (w) manter os documentos mencionados na alínea (r) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (x) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (r) acima; (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- (y) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28/83, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização dos mesmos na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (z) fornecer informações acerca da Emissão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (o) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não tenham sido entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos da solicitação;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que realizadas dentro de critérios de razoabilidade e bom senso e dentro da função fiduciária que lhe é inerente, e, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures; e
- (e) despesas ou indenizações eventualmente pagas em decorrência da constituição da garantia prevista na cláusula 4.20.1.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Agente Fiduciário da Emissão, acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e

condições;

- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (j) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (k) o representante legal do Agente Fiduciário que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições do seu Estatuto Social;
- (l) na data de assinatura desta Escritura de Emissão, a garantia fidejussória

representada pela *Letter of Guarantee* encontra-se devidamente assinada, sendo que para sua perfeita constituição a Emissora deverá apresentar versão notariada, consularizada, traduzida e registrada em cartório de títulos e documentos da *Letter of Guarantee*, nos termos da cláusula 4.20.1.1;

- (m) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão com base nos documentos e informações prestados pela Emissora na Data de Emissão, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (n) com relação às hipóteses de vencimento antecipado referentes ao Garantidor, fará a verificação exclusivamente com base na declaração a ser enviada pela Emissora, na forma da cláusula 5.1 (a) (iii) acima, sendo certo que não efetuará nenhum procedimento de verificação independente, com o que os Debenturistas declaram-se cientes e de acordo;
- (o) verificou que a garantia fidejussória prestada representa 100% (cem por cento) do volume da Emissão, na Data de Emissão, conforme informações constantes da *Letter of Guarantee* assinadas pelo Garantidor;
- (p) que com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea K, inciso XVII, artigo 12 da ICVM 28/83, o Agente Fiduciário declara que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, para oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação da Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Jauru"), com vencimento em 15 de dezembro de 2030, em que foram emitidas 156 (cento e cinquenta e seis) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais), não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento, sendo que tais debêntures foram convoladas em espécie com garantia real, contando com as seguintes garantias: (a) cessão fiduciária de direitos creditórios emergentes do contrato de concessão e provenientes do

contrato de prestação de serviços de transmissão nº 01/2007, firmado entre a Emissora e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS ("ONS"), e (b) penhor de ações da Emissora, de titularidade da Lintran do Brasil Participações S.A., Isolux Energia e Participações S.A. e, Elecnor Transmissão de Energia S.A., ambas compartilhadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Nacional – BNDES; e (ii) segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("2ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 25 de junho de 2014, em que foram emitidas 165 (cento e sessenta e cinco) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento, sendo que tais debêntures são garantidas por garantia fidejussória na forma de Letter of Guarantee prestada pelo Garantidor, conforme previsto na Escritura de Emissão.

- (q) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da ICVM 28/83, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha a atuar na qualidade de agente fiduciário.

6.3. Caso a Emissora não efetue o pagamento na Data de Vencimento, ou na ocorrência de evento de Vencimento Antecipado, e na hipótese da Garantia não ser paga quando devida, convocará Assembleia Geral de Debenturistas para definir sobre a contratação de um escritório de advocacia com representatividade internacional para iniciar o processo de execução da garantia fidejussória fora do país, nos termos da cláusula 4.20.5 acima.

6.4. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.5. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta

Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) será devida parcela única de R\$4.000,00 (quatro mil reais) para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário, devidas no 5º Dia Útil após a data de assinatura da Escritura de Emissão. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento;
- (b) a remuneração prevista no item (a) acima não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte, alimentação, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, correios, quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário, despesas com *conference calls* e contatos telefônicos, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas;
- (c) as parcelas citadas no item (a) acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), na alíquota vigente na data do respectivo pagamento
- (d) as remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (e) o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à

Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;

- (f) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGP-M incidente desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- (g) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário;
- (h) fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição à Emissora;
- (i) caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário. Obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão o Agente Fiduciário à revisão dos honorários propostos;
- (j) o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento; e
- (k) no caso de inadimplemento da Emissora e todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas

e posteriormente ressarcidas pela Emissora mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento dos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.

6.6. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, no limite das informações e documentos fornecidos pela Emissora e pelo Garantidor, sendo certo que não efetuará nenhum procedimento de verificação independente;
- (e) promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido

registro, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando

- os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
 - vii. pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - viii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - ix. declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Garantia; e
 - x. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.

(l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- i. na sede da Emissora;
- ii. na sede do Agente Fiduciário;
- iii. na CVM;
- iv. na CETIP; e
- v. no escritório do Coordenador Líder.

(m) publicar, às expensas exclusivas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;

(n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao

Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, a Instituição Escrituradora, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.19 acima, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis da sua ciência da ocorrência do evento ou da data em que o evento se tornar público, o que ocorrer primeiro, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações, sendo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) disponibilizar diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures calculado pela Emissora através de sua central de atendimento e/ou de sua página na rede mundial de computadores; e
- (s) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

6.7. Ressalvadas as disposições do item 4.20.6, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) executar a garantia, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- (c) requerer a falência da Emissora;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora e, no caso do Garantidor, na hipótese de ocorrência de procedimento similar onde estão estabelecidas.

6.7.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.14 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea (e), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7.2. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável;

6.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão somente, a agir em conformidade com o disposto nesta Escritura de Emissão e também conforme as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos

jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.9. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação, exceto por aqueles já previstos na presente Escritura.

6.10. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.11. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.11.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.11.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a

subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.11.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.11.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.11.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 2.3.

6.11.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas, através de publicação de aviso aos titulares de Debêntures, em primeira convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na Data de Vencimento; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) nas hipóteses de vencimento antecipado (item 4.13), deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.6.2. A renúncia ou perdão temporário à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta

Cláusula Sétima, serão consideradas como "Debêntures em Circulação" aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau ou em poder do Garantidor.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e do Garantidor nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) a Emissora é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, a celebrar esta Escritura de Emissão, a emitir as Debêntures e a cumprir de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissão, a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja partes ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado

de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (e) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (f) não possui conhecimento de que as demonstrações financeiras da Emissora disponíveis não representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (g) tem plena ciência de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (h) a Emissora cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.5 desta Escritura de Emissão;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder,

em observância ao princípio da boa-fé;

- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) esta Escritura de Emissão e a Garantia, prevista no item 4.20, constituem obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora e do Garantidor, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (l) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, ou sua obtenção encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas; e
- (m) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, bem como pelo registro da Emissão na CETIP.

8.1.1. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula Oitava da Escritura de Emissão.

8.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 8.1.1 acima, a Emissora obriga-se a notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações ora prestadas tornem-se inverídicas ou incorretas a partir da data em que foram prestadas.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

LINHAS DE TAUBATÉ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1.813, Centro

CEP 20020-080, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Javier Casaseca

Tel.: (21) 3077-0056

Fac-símile: (21) 3077-0060

E-mail: jcasaseca@isoluxcorsan.com

GRUPO ISOLUX CORSÁN, S.A.

Calle Caballero Andante, nº 8 - 28021

Madrid, Espanha

At.: Sr. Pablo Otero

Tel.: +34 914 49 45 88

Fac-símile: + 34 91 449 38 34

E-mail: potero@isoluxcorsan.com

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514 – Barra da Tijuca

Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22640-102

Tel: 55-21- 3385-4565

Fax: 55-21-3385-4046

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro, Sr. Marco Aurélio Ferreira

Email: backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

CEP 06.029-900, Osasco – SP

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Tel.: (11) 3684-7911 / 3684-2822

Fac-símile: (11) 3684-2714

E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br /
4010.custodiarf@bradesco.com.br

Para a CETIP S.A – Mercados Organizados:

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Para a Comissão de Valores Mobiliários:

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares – Centro

CEP 20050-901, Rio de Janeiro, RJ

At.: Superintendência de Registro de Valores Mobiliários – SRE

Tel.: (21) 3554-8686

9.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.8. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA ONZE - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de



qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2014.

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco]

Página 1 (um) de 3 (três) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Linhas Taubaté Transmissora de Energia S.A.

LINHAS DE TAUBATÉ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.



Nome:

Cargo:

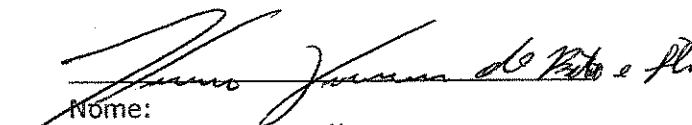


Nome:

Cargo:

Página 2 (dois) de 3 (três) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Linhas Taubaté Transmissora de Energia S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: _____
Cargo: **Pedro Silva**
Procurador

Página 3 (três) de 3 (três) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Linhas Taubaté Transmissora de Energia S.A.

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF